



**SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE
RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**
DEPARTAMENTO JURÍDICO

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA
COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO SP.**

**SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE
RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**, com sede nesta cidade de
Ribeirão Preto SP,  Rua XI de agosto n. 361, Bairro Campos Elíseos, CEP
14.085-030, inscrito no CNPJ sob n 60.251.733/0001-20, neste ato
representado, na forma de seu Estatuto Social, pelo seu Presidente Laerte Carlos
Augusto, pela advogada e procuradora, infra-assinada, vem mui
respeitosamente,  presença de Vossa Excelência, para interpor a presente
AÇÃO CIVIL COLETIVA, com pedido de tutela antecipada, em face de
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO – PREFEITURA MUNICIPAL, inscrito no
CNPJ sob n 56.024.581/0001-56, na pessoa do Sr. Prefeito Municipal,
estabelecido  Praça Barão do Rio Branco s/n, pelos motivos fticos e jurídicos
adiante declinados.

Sede: Rua XI de Agosto n 361 - Campos Elíseos – Ribeirão Preto – SP. – CEP 14085-030

Tel.: (16) 3977-8100 – www.municipais.org.br

Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 – Nova Guatapar – Guatapar – SP. – CEP 14115-000

Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 – Centro – Pradópolis – CEP 14850-000



I - DA LEGITIMIDADE PROCESSUAL DO SINDICATO PARA FIGURAR NO POLO ATIVO DA PRESENTE AÇÃO COLETIVA

Em consonância com as normas constitucionais (art. 5, incisos XXI e LXX, CF/88), os Sindicatos podem representar seus filiados em juízo, quer nas ações ordinárias, quer nas ações coletivas, ocorrendo a chamada substituição processual. Amparado ainda pela Carta Política, *“ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas”* (art. 8, inc. III). Assim, as entidades sindicais estão legitimadas para proceder judicialmente a defesa de direitos e interesses individuais homogneos da categoria por elas representada.

Nesse passo, o Sindicato dos Servidores Municipais de Ribeirão Preto, Guatapar e Pradópolis tem legitimidade processual para atuar na defesa de todos e quaisquer direitos subjetivos individuais e coletivos dos integrantes da categoria que representa, a de servidores públicos do município de Ribeirão Preto. Nesse sentido decidiu o Supremo Tribunal Federal: RE 197.029-AgR, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, julgamento em 13-12-06, DJ de 16-2-07.

O Estatuto do Sindicato dos Servidores Municipais de Ribeirão Preto, Guatapar e Pradópolis, em seu artigo 5 confere à entidade a seguinte prerrogativa: *“representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses gerais de sua categoria profissional e os interesses de seus associados, nos termos dos poderes conferidos pelo inciso III do artigo 8 da Constituição Federal”*.

Portanto, a legitimidade do Sindicato dos Servidores Municipais de Ribeirão Preto, Guatapar e Pradópolis de figurar no polo ativo da



presente ação coletiva encontra-se estabelecida por disposições constitucionais, infraconstitucionais e ainda por disposições estatutarias.

II – DA APLICAÇÃO DAS DISPOSIOES PREVISTAS NO ARTIGO 18 DA LEI 7.347/1985

Busca o Sindicato Autor, por meio da presente Ação Civil Coletiva, a defesa de interesses individuais homogneos da categoria que representa – servidores públicos municipais de Ribeirão Preto.

Por se tratar o presente feito, de ação coletiva, devem ser aplicadas as normas próprias do microsistema coletivo, que visam facilitar e incentivar a propositura de ações coletivas.

Portanto, ostenta-se pertinente a aplicação das disposições previstas no art. 18 da LACP que dispo:

(...)

Nas ações de que trata esta lei, não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nem condenação da associação autora, salvo comprovada má-f, em honorários de advogado, custas e despesas processuais.

A propósito, destaca-se as disposições do art. 87, parágrafo único, do CDC que, no mesmo sentido da LACP, estabelece:

(...)

Nas ações coletivas de que trata este código não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nem condenação da associação autora, salvo comprovada má-f, em honorários de advogados, custas e despesas processuais.

Sede: Rua XI de Agosto n 361 - Campos Elíseos – Ribeirão Preto – SP. – CEP 14085-030

Tel.: (16) 3977-8100 – www.municipais.org.br

Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 – Nova Guatapar – Guatapar – SP. – CEP 14115-000

Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 – Centro – Pradópolis – CEP 14850-000



Nesse aspecto, convem ainda destacar o entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça em diversos julgados:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PUBLICA. SINDICATO. DEFESA DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGENOS DE SERVIDORES PUBLICOS. LEGITIMIDADE ATIVA. ISENÇÃO DE CUSTAS. ART. 18 DA LEI 7.347/85. APLICABILIDADE.

1. A Corte Especial do STJ pacificou-se no sentido de ser cabível o ajuizamento de ação civil pública em defesa de direitos individuais homogneos não relacionados a consumidores, devendo ser reconhecida a legitimidade do Sindicato recorrente para propor a presente ação em defesa de interesses individuais homogneos da categoria que representa. Com o processamento da presente demanda na forma de ação civil pública, plenamente incidente o art. 18 da lei n. 7.347/85, com a isenção de custas. (REsp 1.322.166/PR, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 23/3/2015).

2. Recurso Especial não provido. (REsp 1579536/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 19/12/2016).

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PUBLICA. DEFESA DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGENOS DE SERVIDORES PUBLICOS. CABIMENTO. LEGITIMIDADE DO SINDICATO. ISENÇÃO DE CUSTAS. APLICO DO ART. 18 DA LEI N. 7.347/85.

1.  cabível o ajuizamento de ação civil pública em defesa de direitos individuais homogneos não relacionados a consumidores, devendo ser reconhecida a legitimidade do Sindicato recorrente para propor a presente ação em defesa de interesses individuais homogneos da categoria que representa. Como processamento da presente demanda na forma de ação civil pública, plenamente incidente o art. 18 da lei n. 7.347/85, com a isenção de custas.

2. Embargos de divergência não providos. (REsp 1322166/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, CORTE ESPECIAL, julgado em 04/03/2015, DJe 23/03/2015).

Sede: Rua XI de Agosto não 361 - Campos Elíseos - Ribeirão Preto - SP. - CEP 14085-030

Tel.: (16) 3977-8100 - www.municipais.org.br

Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 - Nova Guatapar - Guatapar - SP. - CEP 14115-000

Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 - Centro - Pradópolis - CEP 14850-000



**SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE
RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**
DEPARTAMENTO JURÍDICO

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAO NO RECURSO ESPECIAL. AO CIVIL PÚBLICA. SINDICATO DA CATEGORIA. CUSTAS, DESPESAS E HONORÁRIOS. ISENO. SALVO COMPROVADA M-F.

1. "O ajuizamento de ao civil pública em defesa de direitos individuais homogneos não relacionados a consumidores é pertinente, tendo o sindicato legitimidade para propor a referida ao em defesa de interesses individuais homogneos da categoria que representa. Em tais casos, uma vez processada a ao civil pública, aplica-se, in totum, o teor do art. 18 da lei n. 7.347/1985", afastando o adiantamento de quaisquer custas, despesas e a condenao em honorários de advogado, salvo comprovada má-f. Precedente: AgRg no REsp 1.423.654/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe18/2/2014.

2. Agravo regimental não provido. (AgRg nos EDcl no REsp1322166/PR, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES. PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/10/2014, DJe 15/10/2014)

PROCESSUAL CIVIL. AO CIVIL PÚBLICA. SINDICATO NA REPRESENTAO DA CATEGORIA. LEGITIMIDADE. DEFESA DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGNEOS NÃO RELACIONADOS A CONSUMIDORES. ISENO DE CUSTAS. POSSIBILIDADE.

1. No caso, o sindicato ajuizou ao civil pública contra a União para pleitear, na qualidade de substituto processual, indenizao por danos materiais decorrentes da omissão do Poder Executivo em propor lei de revisão geral da remunerao dos servidores substituídos, nos moldes do art.37, X, da CF.

2. O ajuizamento de ao civil pública em defesa de direitos individuais homogneos não relacionados a consumidores é pertinente, tendo o sindicato legitimidade para propor a referida ao em defesa de interesses individuais homogneos da categoria que representa.

3. Em tais casos, uma vez processada a ao civil pública, aplica-se, in totum, o teor do art. 18 da lei n. 7.347/1985, com a iseno de custas, mesmo que não seja a título de assistência judiciária gratuita. Precedente: AgRg no REsp1.423.654/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDATURMA, DJe 18/2/2014. Agravo regimental improvido. (AgRg no

Sede: Rua XI de Agosto não 361 - Campos Elíseos – Ribeirão Preto – SP. – CEP 14085-030

Tel.: (16) 3977-8100 – www.municipais.org.br

Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 – Nova Guatapar – Guatapar – SP. – CEP 14115-000

Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 – Centro – Pradópolis – CEP 14850-000



**SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE
RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**
DEPARTAMENTO JURÍDICO

*REsp 1453237/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA
TURMA, julgado em 05/06/2014, DJe 13/06/2014.*

Diante do exposto requer a isenao do pagamento de despesas processuais, na forma prevista pelo artigo 18 da Lei 7.347/1985.

III – DOS FATOS

A presente Aao Coletiva, com pedido de tutela antecipada, se destina  proteao dos direitos laborais dos servidores públicos municipais de Ribeirão Preto, substituídos processualmente pelo Sindicato Autor e prejudicados pela ediao de um decreto autonomo e imotivado que, inconstitucionalmente, busca substituir a lei exigida pelo art. 24,  2o, 4, da Constituiao Estadual, ao disciplinar a impontualidade permanente e o parcelamento unilateral de verbas salariais, de natureza alimentar, destinadas à manutenao básica da pessoa e do núcleo familiar no qual está inserida, servindo para o custeio da alimentaao, moradia, transporte, saúde e educaao, motivo pelo qual essas verbas devem ser pagas na sua integralidade e de imediato.

A Administraao Pública Municipal editou, em 17 de outubro de 2018, o Decreto não 297/2018, que promove a “REGULAMENTAAO DO PAGAMENTO DE VERBAS RESCISORIAS DE OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSAO SEM VINCULO E SERVIDORES EFETIVOS”, com o seguinte teor:

Art. 1o. Fica regulamentado o processo de pagamento de verbas rescisorias aos ocupantes de cargo de provimento em comissao sem vínculo e dos servidores efetivos.

Sede: Rua XI de Agosto não 361 - Campos Elíseos – Ribeirão Preto – SP. – CEP 14085-030

Tel.: (16) 3977-8100 – www.municipais.org.br

Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 – Nova Guatapar – Guatapar – SP. – CEP 14115-000

Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 – Centro – Pradópolis – CEP 14850-000



**SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE
RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**
DEPARTAMENTO JURÍDICO

Art. 2. As verbas rescisórias, dos ocupantes de cargo de provimento em comissão sem vínculo e dos servidores efetivos, não pagas até a data da publicação do presente Decreto, terá uma carência de 90 (noventa) dias para seu recebimento.

Art. 3. As verbas rescisórias serão pagas de acordo com os seguintes critérios:

I – o valor de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), referentes as verbas rescisórias dos cargos de provimento em comissão sem vínculo e servidores efetivos, serão pagos no final do período de carência de 90 (noventa) dias.

II – o saldo rescisório restante, se houver, será pago em até 12 (doze) parcelas, consecutivas, não podendo o valor da parcela ser inferior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Art. 4. Novas rescisoes seguirão o mesmo critério previsto no artigo anterior, sendo a primeira parcela paga até o dia 20 (vinte) do mês subsequente e assim sucessivamente, ms a ms, até total quitação do saldo.

Art. 5. O pagamento das verbas rescisórias mencionado no caput do art. 1 serão corrigidas monetariamente pelo IGP-M ou outro ndice que venha a substituí-lo, conforme disposto no art. 1 do Decreto não 298, de 03 de setembro de 1992, sendo a correção paga integralmente.

Art. 6. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

*Palácio Rio Branco
DUARTE NOGUEIRA
Prefeito Municipal*

A regulamento de processo de pagamento das verbas rescisórias, com a definição de critérios, datas, prazos, dias de pagamento e

Sede: Rua XI de Agosto não 361 - Campos Elíseos – Ribeirão Preto – SP. – CEP 14085-030

Tel.: (16) 3977-8100 – www.municipais.org.br

Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 – Nova Guatapar – Guatapar – SP. – CEP 14115-000

Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 – Centro – Pradópolis – CEP 14850-000



até mesmo a forma de correção monetária se inserem dentro do regime jurídico de servidores públicos, e, portanto, trata-se de matéria submetida à reserva legal (arts. 24,  2, 4 e 111 da CE/89 e arts. 5, II, 37, “caput” e 61,  1, II, letra “c” CF/88).

Como se constata de pronto, o ato administrativo aqui questionado atenta contra a Constituição do Estado de São Paulo, a qual está subordinada  produção normativa municipal ante a previsão dos arts. 1, 18, 29 e 31 da Constituição Federal.

No caso em apreço, o Decreto n 297/2018  incompatível com os seguintes preceitos da Constituição Estadual, aplicáveis aos Municípios por força de seu art. 144:

“Artigo 5 - São Poderes do Estado, independentes e harmnicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

[...]

Artigo 24 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

[...]

2 - Compete, exclusivamente, ao Governador do Estado a iniciativa das leis que disponham sobre:

[...]

4 - servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

Sede: Rua XI de Agosto n 361 - Campos Elíseos – Ribeirão Preto – SP. – CEP 14085-030

Tel.: (16) 3977-8100 – www.municipais.org.br

Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 – Nova Guatapar – Guatapar – SP. – CEP 14115-000

Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 – Centro – Pradópolis – CEP 14850-000



[...]

*Artigo 111 - A administração pública direta, indireta ou fundacional, **de qualquer dos Poderes do Estado**, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, finalidade, **motivação**, interesse público e eficiência.*

[...] ”

(Grifou-se)

A autonomia municipal é condicionada pelo art. 29 da Constituição da República. O preceito estabelece que a Lei Orgânica Municipal e sua legislação devem observância ao disposto na Constituição Federal e na respectiva Constituição Estadual, sendo reproduzido pelo art. 144 da Constituição do Estado.

Ao estabelecer regras relativas a critérios permanentes de parcelamento de verbas que possuem natureza alimentar, destinados à manutenção básica do servidor público e do núcleo familiar no qual está inserido, servindo para o custeio da alimentação, moradia, transporte, saúde e educação, sem que houvesse, para tanto, lei municipal anterior lhe conferindo respaldo, o ato normativo aqui combatido cuidou do regime jurídico dos servidores públicos, matéria que  da iniciativa legislativa reservada ao Chefe do Poder Executivo (arts. 5 e 24,  2, 4, Constituição Estadual e artigo 71, X, da Lei Orgânica do Município), sendo interditado seu tratamento por decreto.

Ainda que a iniciativa seja privativa do chefe do Poder Executivo,  indispensável lei formal, a ser votada, portanto, pela Câmara Municipal. O que se constata é que se substituiu a lei exigida pelo art. 24,  2, 4, da Constituição Estadual por simples decreto autnomo e imotivado.

Sede: Rua XI de Agosto n 361 - Campos Elíseos – Ribeirão Preto – SP. – CEP 14085-030

Tel.: (16) 3977-8100 – www.municipais.org.br

Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 – Nova Guatapar – Guatapar – SP. – CEP 14115-000

Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 – Centro – Pradópolis – CEP 14850-000

Em última análise, desprezou-se a atuação do poder competente para disciplinar a matéria, ou seja, o Legislativo, em manifesta afronta ao princípio da separação dos poderes.

É natural que cada gestor público busque a implementação de uma dada ordem de propostas políticas e administrativas. Se, porém, o gestor entende que deve esforçar-se por implementar mudanças em matéria que envolve ao mesmo tempo o regime jurídico de servidores públicos e as prioridades orçamentárias do Município, não pode o administrador valer-se de decretos autnomos e sem motivação para tal intento.

A necessidade constitucional de lei sobre o referido tema tem caráter estratégico não apenas para os governos, sindicatos ou legisladores mas, e sobretudo, para a cidadania.

A possibilidade de edição de decreto autnomo para a disciplina da organização administrativa não significa a outorga de competência para o gestor público fixar regras que transformem o parcelamento de verbas de natureza alimentar em prática administrativa definitiva, o que, em regra, são seria admissível - à luz da Constituição - como medida excepcional e temporária, com duração limitadssima e se plenamente motivada pela impossibilidade de o Município custear as despesas mínimas necessárias para a sua existência como ente.

O Decreto não 297/2018 ostenta evidente autonomia, com introdução de novidade normativa no ordenamento jurídico municipal, não sendo o caso de mera crise de legalidade, na qual o ato normativo, editado



com o fim de regulamentar determinada lei, ultrapassa os limites estabelecidos no diploma anterior.

No caso em apreço, o ato normativo constitui verdadeiro decreto autnomo, que cria princípios novos onde a lei não criou, que permite o parcelamento unilateral e permanente de verbas de natureza alimentar que lei alguma assim permitiu. Sobre essa temática, VICENTE RO ensina que:

[...]

*Ao exercer a função de regulamentar, **não deve pois, o Executivo** criar direitos ou obrigações novas, que a lei não criou; ampliar, restringir ou modificar direitos ou obrigações constantes da lei; ordenar ou proibir o que a lei não ordena ou não proíbe, **facultar ou vedar de modo diverso do estabelecido em lei**, extinguir ou anular direitos ou obrigações que a lei conferiu, **criar princípios novos, diversos**, alterar a forma que, segundo a lei, deve revestir um ato, atingir, atingindo por qualquer modo, o espírito da lei”* (‘O Direito e a Vida dos Direitos’, v. 1, RT, 3a edição, p.273).
(Grifou-se)

Neste mesmo sentido a lição de MARCELLO CAETANO, para quem:

[...]

*em sentido material o regulamento tem afinidades com a lei, em virtude de sua generalidade, pois os regulamentos possuem sempre caráter genérico. **Mas distingue-se dela por faltar novidade, visto suas normas serem, pelo que toca a limitação de direitos individuais, simples desenvolvimento ou aplicação de outras normas, essas inovadoras”*** (‘Manual de Direito Administrativo’, Almedina, Coimbra, vol.1, p.97, 1990)
- (Grifou-se)

Neste sentido, alis, enuncia a jurisprudência que:

Sede: Rua XI de Agosto não 361 - Campos Elíseos – Ribeirão Preto – SP. – CEP 14085-030
Tel.: (16) 3977-8100 – www.municipais.org.br

Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 – Nova Guatapar – Guatapar – SP. – CEP 14115-000
Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 – Centro – Pradópolis – CEP 14850-000



[...]

o princípio da reserva de lei atua como expressiva limitação constitucional ao poder do Estado, cuja competência regulamentar, por tal razão, não se reveste de suficiente idoneidade jurídica que lhe permita restringir direitos ou criar obrigações. Nenhum ato regulamentar pode criar obrigações ou restringir direitos, sob pena de incidir em domínio constitucionalmente reservado ao âmbito de atuação material da lei em sentido formal (STF, AgR-QO-AC 1.033-DF, Tribunal Pleno, Rel. Min. Celso de Mello, 25-05-2006, v.u., DJ 16-06-2006, p. 04).

Frise-se, ademais, que até mesmo o reajuste anual de salários, negociados durante a data-base da categoria, fruto de acordo entre a Administração Pública e o Sindicato Autor, aprovado pela categoria por meio de assembleia geral e concedido pelo Município, exige a aprovação de uma lei específica pela Câmara Municipal. Se não se cogita a possibilidade de inovação em matéria que envolva regime jurídico de servidores públicos sem a edição de lei, seria impensável se permitir, por meio de decreto autnomo e imotivado, o parcelamento unilateral de verbas de natureza alimentar.

Não  possível, por meio de decreto autnomo, deixar de tratar verbas de natureza alimentar dos servidores como verba prioritária, inclusive ante a determinação constitucional e orçamentária municipal.

Não é por outro sentido que, por exemplo, a Lei de Recuperação Judicial elenca, no topo da classificação dos créditos, as verbas derivadas da legislação do trabalho e os decorrentes de acidentes de trabalho. Por seu caráter alimentar, elas possuem preferência no pagamento dos créditos. Unilateralmente, o que a Administração Municipal pretende é inverter, de maneira permanente e definitiva, a preferência e prioridades de pagamentos de créditos.

Sede: Rua XI de Agosto n 361 - Campos Elíseos – Ribeirão Preto – SP. – CEP 14085-030

Tel.: (16) 3977-8100 – www.municipais.org.br

Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 – Nova Guatapar – Guatapar – SP. – CEP 14115-000

Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 – Centro – Pradópolis – CEP 14850-000



Não bastasse a existência de ampla proteção constitucional ao valor social do trabalho, é de se ver que, mesmo no âmbito municipal, a Lei Orçamentária 14.036 de 31/07/2017, hierarquizou as despesas com pessoal e encargos patronais na cabeceira das obrigações a serem preservadas, mesmo em caso de limitação de empenho. Neste sentido assim prevê o  1 do Artigo 5 da Lei Orçamentária 14.036/17:

[...]

 1 - No caso de limitação de empenhos e de movimento financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se- preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I Com pessoal e encargos patronais;

II -

III -

IV -

V -

Portanto, a impontualidade permanente no pagamento de verba de natureza alimentar que o Decreto n 297/2018 introduz, além de acarretar visíveis prejuízos a milhares de servidores e suas famílias, despreza a necessidade da reserva legal estabelecida no art. 24,  2, 4, da Carta Bandeirante, aplicável aos Municípios por força de seu art. 144.

Nesse mesmo sentido é o entendimento do Supremo Tribunal Federal:

Sede: Rua XI de Agosto n 361 - Campos Elíseos – Ribeirão Preto – SP. – CEP 14085-030

Tel.: (16) 3977-8100 – www.municipais.org.br

Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 – Nova Guatapar – Guatapar – SP. – CEP 14115-000

Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 – Centro – Pradópolis – CEP 14850-000



**SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE
RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**
DEPARTAMENTO JURÍDICO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO DA EFICÁCIA DE LEI MUNICIPAL QUE DISCIPLINA REMUNERAO DE SERVIDOR PÚBLICO POR DECRETO DO PODER EXECUTIVO. OBRIGATORIEDADE DE SUBMISSÃO AO POSTULADO CONSTITUCIONAL DA RESERVA ABSOLUTA DE LEI FORMAL E ESPECÍFICA. ACÓRDÃO RECORRIDO EM DESARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

RECURSO PROVIDO. (grifei)

STF - RE: 654896 SP, Relator: Min. CRMEN LÚCIA, Data de Julgamento: 08/09/2011, Data de Publicao: DJe-182 DIVULG 21/09/2011 PUBLIC 22/09/2011).

Como se verifica pelo teor dos dispositivos transcritos, decretos não podem inovar a ordem jurídica, criar direitos e obrigaes sobre matéria de reserva absoluta de lei formal e específica, como é o caso tratado nestes autos. Quando isso ocorre, há evidente extrapolao dos limites do poder regulamentador, concedido ao Chefe do Poder Executivo pela Constituio Federal. Nesse sentido o entendimento do Supremo Tribunal Federal:

“Decretos existem para assegurar a fiel execuo das leis” (STF– Pleno – Adin não 1.435-8/DF – Medida Liminar – Rel. Min. Francisco Rezek, Diário da Justiça, Seo I, 6 ago. 1999, p. 5).

Tampouco se pode perder de vista o dever de motivao dos atos administrativos, igualmente violado no caso presente. Observa-se, neste ponto, em verdade, que não houve qualquer motivao pertinente a justificar as teratologias jurídicas que o referido Decreto não 297/2018 trouxe. Sabe-se que para que um ato seja válido é preciso a presença de cinco requisitos: competência, finalidade, forma, motivo e objeto.

Sendo assim, reputa-se como condio da forma do decreto aqui mencionado a sua MOTIVAO. Entende-se por motivao, a

Sede: Rua XI de Agosto não 361 - Campos Elíseos – Ribeirão Preto – SP. – CEP 14085-030

Tel.: (16) 3977-8100 – www.municipais.org.br

Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 – Nova Guatapar – Guatapar – SP. – CEP 14115-000

Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 – Centro – Pradópolis – CEP 14850-000



justificativa, ou seja, as razões que levaram à prática daquele ato; a correlação entre os elementos do ato e a previsão legal; o raciocínio lógico que vai justificar a realização do ato. A doutrina majoritária e a jurisprudência, inclusive do STF diz que a motivação  obrigatória nos atos administrativos.

Inegável, portanto, a inconstitucionalidade do ato ora questionado, por manifesta ausência de motivação, burla ao princípio da eficiência e aos demais princípios constitucionais, além da violação frontal ao art. 61,  1, II, c, da Constituição Federal, e do art. 24,  2, 4, que, em coro, exigem lei em sentido formal em matérias desta natureza.

Neste fato, observa-se a contramão que caminhou o Decreto n 297/2018 e em manifesta afronta também ao interesse público. Em 04 de maio de 2018, a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto fez publicar na página do G1 (um dos maiores portais de notícias brasileiro mantido pelo Grupo Globo e sob orientação da Central Globo de Jornalismo) um informe publicitário garantindo textualmente que:

Prefeitura equilibra contas públicas e resgata credibilidade no mercado ao cortar gastos, **recuperar receita** e utilizar pregões na aquisição de produtos e serviços.

INFORME PUBLICITÁRIO DE MAIO DE 2018 - (Grifou-se)

Junto à referida publicação, foi disponibilizado um informe publicitário em vídeo (que será entregue no Cartório respectivo após a distribuição do presente feito) que enaltece o êxito da Administração na obtenção de um exercício financeiro equilibrado, **com as contas em ordem** e, segundo o vídeo, "no azul".



Consta ainda no conteudo publicado, de responsabilidade direta do anunciante, no caso a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, que:

[...]

junto com aoes administrativas de economia e **aumento de receita**, como venda de folha de pagamento dos servidores e campanha de pagamento de IPTU atrasado, **a austeridade e a transparência levaram ao superávit orçamentário.**

TEXTO EM INFORME PUBLICITÁRIO DE MAIO DE 2018 -
(Grifou-se)

Alguns meses apos tais anúncios, sem apontar um único e grave fator de lesão às finanças públicas, nem mesmo alegando e muito menos demonstrando a impossibilidade de pagamento integral de tais verbas de natureza alimentar na data prevista e em parcela única, a conduta da municipalidade resvala infidelidade com o interesse público e com as determinaoes orçamentárias e chega mesmo a contaminar o ato administrativo por desvio de finalidade.

A Constituio da República, ao dispor sobre a publicidade dos órgãos públicos, impôs-lhe caráter educativo, informativo ou de orientao social e vedou a utilizao desse instrumento para promoo pessoal de autoridades públicas (art. 37,  1).

A este respeito, cumpre mencionar que não pode a Administrao Pública anunciar no período pré-eleitoral que as suas contas "**estão em ordem**", que a "**Prefeitura passou a cumprir seus compromissos em dia**", que houve "**ampliao de receita sem aumento de impostos**" e somente alguns



meses depois do anuncio, fazer publicar um decreto que frustra a confiança legítima dos seus próprios servidores, prejudicando imensamente no plano existencial concreto incontáveis trabalhadores e suas famílias ao deixar de pagar as verbas rescisórias em relação a servidores aposentados e em relação aos exonerados.

Sabe-se, pois, que os débitos e compromissos assumidos pelo ente público, independentemente do gestor  frente da administração, são de responsabilidade da própria pessoa jurídica de direito público, que no caso em tela é o Município de Ribeirão Preto, principalmente no que tange às verbas de caráter alimentar. Determinar, por decreto, sem motivação e sem apontar existência de fato impeditivo, a impontualidade permanente no pagamento de verbas dessa natureza evidentemente não se coaduna com o interesse público.

As verbas rescisórias, cujo direito de recebimento  adquirido ao término da efetiva prestação dos serviços (rescisão contratual) ou quando da concessão da aposentadoria, pressupõe o pagamento das seguintes verbas salariais: saldo de slrio, 13 slrio, férias vencidas e proporcionais acrescidas de 1/3 constitucional entre outras, e também verbas de natureza indenizatória, como a licncia prmio, por exemplo.

O ato administrativo traduzido no Decreto 297/2018, está impondo prejuízos ao servidor municipal ao estabelecer a carência de 90 dias para o adimplemento parcelado da dvida, sem qualquer motivação da sua finalidade, em nítida afronta ao preceito fundamental da dignidade da pessoa humana e dos valores sociais do trabalho, inseridos nos incisos III e IV do artigo 1 da Constituição Federal, princípios esses basilares do Estado Democrático de Direito.



No caso, além da violação do direito, resta caracterizada a potencial violação à dignidade e direito da personalidade dos servidores aqui representados pelo Sindicato Autor. O parcelamento do pagamento das verbas rescisórias não representa apenas um dissabor, ao contrário, salienta-se que tem o condão de impor um dano irreparável e de difícil reparação.

As implicações desse quadro, que o Decreto ilegal e sem motivação pode trazer, de evidente deterioração das contas públicas, pode ainda acarretar srios danos futuros para o próprio Município. Uma vez confirmada a intempestividade, ainda que parcial, na quitação das verbas rescisórias, será possível que uma infinidade de servidores públicos municipais passe a pleitear indenização material, que é justamente o pagamento da atualização monetária e juros de mora, em face do atraso no pagamento de verbas de caráter alimentar, que possuem vencimento certo, prévio e sabido.

Vale trazer à baila entrevista realizada em 21 de dezembro de 2017, no Salão Nobre do Palácio Rio Branco, ao lado de seu secretariado, o Excelentíssimo Senhor Chefe do Poder Executivo assim garantiu:

(...)

*Em 2018, vamos pegar os dados do que foi corrigido e colocado em ordem este ano **e não deixar mais a cidade entrar nesta deterioração que ocorreu em tempos recentes**, não gastar mais do que arrecadamos para não endividar o cidadão ribeirão-pretano. Conseguimos melhorar nossa arrecadação com métodos de combate à sonegação fiscal, ampliamos e a fiscalização de forma coordenada sem aumentar uma única alíquota de impostos.*

(...)

Ainda na área de finanças, a prefeitura reverteu uma série de quatro anos de déficits orçamentários, o que resultou em um acúmulo de R\$ 321,84

Sede: Rua XI de Agosto não 361 - Campos Elíseos – Ribeirão Preto – SP. – CEP 14085-030

Tel.: (16) 3977-8100 – www.municipais.org.br

Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 – Nova Guatapar – Guatapar – SP. – CEP 14115-000

Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 – Centro – Pradópolis – CEP 14850-000



**SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE
RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**
DEPARTAMENTO JURÍDICO

*milhões de déficit. Em 2017, haverá superávit orçamentário ainda a ser apurado, mas que deve ultrapassar os R\$ 110 milhões. **A prefeitura já gasta menos do que arrecada.** Vamos perseguir o equilíbrio fiscal para manter as contas em dia e a segurança da administração pública no sentido de trabalhar sem sobressaltos*

(...)

*Entre os meses de janeiro, fevereiro e março de 2018, com os recursos que nós provisionamos do Desenvolve SP, mais emendas do orçamento geral da União e **uma raspadinha no tacho que nós conseguimos fazer com a Secretaria da Fazenda de R\$ 10 milhões,** estamos somando mais de R\$ 24 milhões e pretendemos fazer 100 quilmetros para cumprir os 150 quilmetros, que foi a meta estabelecida no primeiro ano de governo.*

(Grifou-se) - Portal Jornal Tribuna Ribeirão, acesso em 18 de outubro de 2018.

<http://www.tribunaribeirao.com.br/site/prefeitura-paga-divida-com-credores/>

Ainda sobre o adimplemento de verbas de natureza salarial, o entendimento de nossos tribunais é o de que essas verbas devem ser quitadas ainda que não haja previsão, conforme segue:

APELAO CÍVEL. AO DE COBRANÇA. RITO SUMÁRIO. SERVIDOR MUNICIPAL. SALÁRIOS, FÉRIAS, 13. PAGAMENTO PELO ENTE PÚBLICO. INCOMPROVAO. **FALTA DE DOTAO ORÇAMENTÁRIA. IRRELEVÂNCIA. IMPROVIMENTO. ** PRINCÍPIO E DEVER DA ADMINISTRAO PÚBLICA HONRAR O PAGAMENTO DOS SERVIÇOS DE QUE USUFRUI, SOB PENA DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO.** COMPROVADO O VÍNCULO E NÃO APRESENTADO PELO MUNICÍPIO OS RECIBOS DE PAGAMENTOS, DEVIDAS SÃO AS PARCELAS SALARIAIS BUSCADAS PELO SERVIDOR MUNICIPAL. **AFIGURANDO-SE IRRELEVANTE PARA EFEITOS DO RECURSO A ALEGAO DE IMPOSSIBILIDADE DO****

Sede: Rua XI de Agosto n 361 - Campos Elíseos – Ribeirão Preto – SP. – CEP 14085-030

Tel.: (16) 3977-8100 – www.municipais.org.br

Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 – Nova Guatapar – Guatapar – SP. – CEP 14115-000

Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 – Centro – Pradópolis – CEP 14850-000



**SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE
RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**
DEPARTAMENTO JURÍDICO

**PAGAMENTO OU A AUSÊNCIA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA,
TANTO MAIS ANTE A NATUREZA ALIMENTAR DA OBRIGAÇÃO.**

(TJBA Apelação 9315-9/2008 4 Câmara Cível Rel. Des. Paulo Roberto Bastos Furtado - Data do Julgamento: 16/04/2008).

Parcelamento de débito pressupõe bilateralidade, aceitação mútua das partes, credor e devedor. Não  medida que possa ser tomada de modo unilateral, nem mesmo por lei, quanto mais por decreto. Se fosse por lei, seria inconstitucional. Sendo por decreto, o ato é simplesmente ilegal, não podendo produzir efeitos no mundo jurídico. Nesses termos o entendimento de nossos tribunais:

MANDADO DE SEGURANÇA. Servidor Público. Município de Ribeirão Preto. Parcelamento de débito instituido pelo Decreto n 46/2017. Ofensa a direito líquido e certo de recebimento de verbas rescisórias em parcela única. Não pode o prefeito, mediante decreto e de modo unilateral, instituir parcelamento de verbas rescisórias devidas a servidores. Acolhimento do pleito. Sentença denegatória reformada. Recurso de apelação provido.

(TJSP, Ap.Cível 1011205-53.2017.8.26.0506. 12 Câm. Rel. J.M. Ribeiro de Paula, data 07.03.2018)

Cabe salientar que no caso dos servidores públicos municipais, quando é chegado o momento da aposentadoria, o não pagamento das verbas rescisórias, como forma de contraprestação pelos serviços realizados durante uma vida toda, viola ainda o art. 7 da Constituição Federal, norma de observância obrigatória principalmente pela Administração Pública, conforme art. 39,  3, da Carta Magna.

O adimplemento das verbas rescisórias de um servidor que se doou uma vida inteira para o serviço público é apenas o instrumento final

Sede: Rua XI de Agosto n 361 - Campos Elíseos – Ribeirão Preto – SP. – CEP 14085-030

Tel.: (16) 3977-8100 – www.municipais.org.br

Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 – Nova Guatapar – Guatapar – SP. – CEP 14115-000

Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 – Centro – Pradópolis – CEP 14850-000



do reconhecimento público ao trabalho peculiar desse trabalhador, baseado na dedicação quase integral e exclusiva e na renúncia a direitos usufruídos pelos demais servidores e trabalhadores da iniciativa privada.

Uma sociedade que se pretende livre, justa e solidária (CF, art. 3, I), sob a premissa da dignidade da pessoa humana (CF, art. 1, III) e à luz da proteção constitucional ao trabalho (arts. 1, IV, e 7 da CF), impõe que Estado empregador reconheça naqueles que ao Estado serviram, serem detentores de direitos fundamentais.

A impontualidade permanente que se pretende impor em forma de decreto e o adimplemento de verbas rescisória de forma longamente parcelada sem motivação declarada representa, por consequência, a violação aos direitos fundamentais dos servidores prejudicados, especialmente aqueles afetos à dignidade, retratada pela sua integridade física e psíquica,  honra, mas, sobretudo, à sua condição de sujeito-trabalhador, o que atrai a fruição e o gozo de todo arcabouço protetivo do trabalho.

Por meio de decreto imotivado e autnomo, impedir que o servidor público, no momento da sua aposentadoria, receba em umanica parcela as suas verbas rescisórias, consiste em arruinar o seu propósito de nova convivência em sociedade, retirando aquelas condioes existenciais mínimas para uma participação saudável e ativa nos destinos delineados e escolhidos ao longo de uma vida.

No esteio da lição perfilada por THEREZA CRISTINA GOSDAL:



*A dignidade tem inegavelmente a função de limite, tanto nas relações intersubjetivas, quanto nas relações públicas e coletiva. E tem uma função de alicerçar os direitos fundamentais. Mas não tem apenas esta função. **Tem também a função de instrumentalizar o indivíduo para que tenha e exerça poder de fazer, de criar, de transformar. A dignidade, como os direitos humanos em geral, tem um componente utópico, voltado à transformação da realidade.** Tem características de princípio fundante, porque informa todo o ordenamento e deve ser observada pelo legislador e pelo intérprete do Direito. Mas  também um direito e comporta pretensões que podem ser judicialmente perseguidas, na perspectiva da garantia, ou do dever, encontrando expressa previsão no Direito Positivo" (Thereza Cristina Gosdal, Dignidade do trabalhador: um conceito construído sob o paradigma do trabalho decente e da honra, São Paulo: LTR, 2007, p. 49).*

(Grifou-se)

Portanto, além da demonstrada a ilegalidade material e formal do ato administrativo (Decreto 297/2018), restou nítida a falta de motivação para sua edição.

V -DA ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA

O pedido esposado pelo Sindicato Autor encontra amparo nos artigos 294, 300,  2 e 497, Parágrafo nico, do Novo Código de Processo Civil e tem como escopo conceder, de forma antecipada, o próprio provimento jurisdiccional pleiteado ou seus efeitos, in verbis:

“Art. 294. A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência.

Parágrafo nico. A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.”



“Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

§ 1 ...

§ 2 A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificcao prévia.”

“Art. 497. Na ao que tenha por objeto a prestao de fazer ou de não fazer, o juiz, se procedente o pedido, conceder a tutela específica ou determinar providências que assegurem a obteno de tutela pelo resultado prático equivalente.

Parágrafo nico. Para a concessão da tutela específica destinada a inibir a prática, a reiterao ou a continuao de um ilícito, ou a sua remoo, é irrelevante a demonstrao da ocorrência de dano ou da existência de culpa ou dolo.”

O “*fumus boni iuris*” está presente na ilegalidade material e formal do Decreto 297/2018, além da falta de motivao para sua edio, matéria essa fartamente enfrentada na fundamentao da presente ao.

O “*periculum in mora*” está presente no fato de que os servidores municipais de Ribeirão Preto estão na eminência de receberem verbas rescisórias, de natureza salarial, com carência de 90 dias e parceladas em 12 vezes por determinao contida em decreto autnomo inconstitucional, além de nítida afronta ao preceito fundamental da dignidade da pessoa humana e dos valores sociais do trabalho inseridos nos incisos III e IV do artigo 1 da Constituio Federal, ou seja, o Decreto desconsiderou os princípios basilares do Estado Democrático de Direito.



VI- DOS PEDIDOS

Diante do exposto, o Sindicato Autor requer, em benefício dos servidores filiados à entidade:

1 -A concessão de MEDIDA LIMINAR, inaudita altera pars, para suspender os efeitos do Decreto 297/2018, publicado no Diário oficial do Município em 17/10/2018, que estabeleceu uma carência de 90 (noventa) dias para o pagamento das verbas rescisórias e seu parcelamento em 12 vezes, até final julgamento do mérito, considerada a irreversível lesão de direitos dos substituídos processualmente pelo Sindicato Autor e a afronta aos Princípios Constitucionais e  legislao municipal vigente;

2 - Que, a final, seja julgada totalmente procedente a presente ao, declarando-se, em definitivo, a ilegalidade do Decreto 297/2018, publicado no Diário oficial do Município em 17/10/2018, que estabeleceu uma carência de 90 (noventa) dias para o pagamento das verbas rescisórias e seu parcelamento em 12 vezes;

3 - A concessão de MEDIDA LIMINAR, a fim de ser determinado ao Suplicado o efetivo e imediato pagamento das verbas rescisórias nas datas previstas para sua quitao (sempre até o dia 20 do mês subsequente da exonerao/aposentadoria - conforme citado no artigo 4 do Decreto 297/2018), fixando-se prazo exíguo para o cumprimento da obrigao em razão do inadimplemento dos pagamentos agendados para 20/10/2018, além da imposio de multa em caso de descumprimento da obrigao.

Sede: Rua XI de Agosto n 361 - Campos Elíseos - Ribeirão Preto - SP. - CEP 14085-030

Tel.: (16) 3977-8100 - www.municipais.org.br

Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 - Nova Guatapar - Guatapar - SP. - CEP 14115-000

Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 - Centro - Pradópolis - CEP 14850-000



4 – Que, a final, seja julgada totalmente procedente a presente ação, condenando-se o Suplicado, em definitivo, no efetivo e imediato pagamento das verbas rescisórias nas datas previamente previstas para sua quitação (sempre at o dia 20 do ms subsequente da exoneração/aposentadoria - conforme citado no artigo 4 do Decreto 297/2018);

5– A condenação do Suplicado no pagamento de honorários advocatícios, a ser arbitrado em conformidade com o artigo 85 do Novo Código de Processo Civil.

6 – A concessão ao Sindicato Autor dos benefícios previstos no artigo 18 da Lei n 7.347/85.

Isto posto  a presente para requerer V.EXA. se digne determinar a citação do Suplicado, no endereo supra citado, a fim de que, em querendo, conteste a presente ação, sob pena de revelia, bem como para que comparea  audincia eventualmente designada, sob pena de confissão quanto a matria de fato ora requerida.

Protesta e requer provar o alegado, por todos os meios de provas em direito admitidas, especialmente pela oitiva de testemunhas, a serem oportunamente arroladas, vistorias, perícias, juntada de novos documentos, depoimento pessoal do representante legal do Suplicado e tudo mais que elucidar possa a fim de ser a presente ação julgada totalmente procedente e condenado o Suplicado nos termos dos pedidos, acrescido de juros de mora, atualização monetária, honorários advocatícios e demais cominaoes legais.



**SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE
RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**
DEPARTAMENTO JURÍDICO

D-se  causa, para efeitos de Direito, o valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), observando que não há pedido de condenao em pecúnia.

Termos em que,

P. Deferimento.

Ribeirão Preto, 22 de outubro de 2018.

REGINA MRCIA FERNANDES

OAB/SP 98.574

Sede: Rua XI de Agosto não 361 - Campos Elíseos – Ribeirão Preto – SP. – CEP 14085-030

Tel.: (16) 3977-8100 – www.municipais.org.br

Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 – Nova Guatapar – Guatapar – SP. – CEP 14115-000

Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 – Centro – Pradópolis – CEP 14850-000